

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ETNOGRAFIA DE DOCUMENTOS: NOTAS SOBRE OS FAZERES DOCUMENTAIS DA COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE NA CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO (1951)

INFORMATION SCIENCE AND ETHNOGRAPHY OF DOCUMENTS: NOTES ON THOSE THAT MAKE DOCUMENTS OF THE NATIONAL FOLKLORE COMMISSION IN THE LETTER OF BRAZILIAN FOLKLORE (1951)

Jean Costa Souza^a
Clovis Carvalho Britto^b

RESUMO

Objetivo: Análise das ressonâncias da Carta do Folclore Brasileiro elaborada pela Comissão Nacional do Folclore em 1951, privilegiando o exame dos fazeres documentais em torno dos fatos folclóricos no Brasil. **Metodologia:** Através de uma abordagem qualitativa e descritiva, com discussão localizada em autores da Ciência da Informação e da Antropologia, pautada na etnografia de documentos, investiga o documento do folclore a partir de um olhar etnográfico com o intuito de perceber os sujeitos e contextos que auxiliaram sua produção. **Resultados:** A Carta do Folclore Brasileiro como artefato de práticas de conhecimento e síntese dos variados processos informacionais empreendidos pelos folcloristas. **Conclusões:** Ao aproximar a Ciência da Informação e a etnografia dos documentos observa o modo como foram delineadas normativas nacionais sobre a pesquisa e a documentação do folclore, contribuindo para a compreensão dos sentidos e associações entre os campos da informação, da documentação e do folclore.

Descritores: Ciência da Informação. Documento. Etnografia dos documentos. Folclore. Carta do Folclore Brasileiro.

^a Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: jean.souza@aluno.unb.br

^b Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: clovisbritto@unb.br

1 INTRODUÇÃO

O Folclore é uma atividade científica e uma atividade humana, uma e outra têm de ser realizadas com inteligência e com amor. Trabalho de campo, de laboratório, de gabinete, de biblioteca, para a investigação, o registro, o cotejo, a exegese. Trabalho cultural e social, com que procuramos aprender a lição imensa da sabedoria do povo (ALMEIDA, 1971, p. 12).

Neste trabalho apresentamos reflexões sobre a produção da Carta do Folclore Brasileiro com o intuito de aproximar a Ciência da Informação (CI) e a etnografia de documentos. Em 1951, um grupo de pesquisadores de folclore ligado à Comissão Nacional do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (IBECC) publicou pela primeira vez uma Carta, após a realização do I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

A produção do registro gráfico, uma espécie de “relatório final” do congresso, era um dos pontos debatidos pelos organizadores do evento, com a seleção de pessoas específicas para sua redação e publicação. Exteriorizada nos primeiros anais da Comissão Nacional e em diversos periódicos da época, a Carta foi exibida como um grande feito dos folcloristas e estudiosos do folclore do Brasil.

Em um artigo publicado em Lisboa, em 1952, no periódico *Mensário das Casas do Povo*, o escritor Gastão de Bittencourt (1952)¹ deu centralidade à Carta do Folclore como um “documento notável”, reconhecendo-o como “uma das mais importantes consequências [da] proveitosa reunião onde se debateram temas de grandes interesses no sentido de dar directrizes certas aos estudos” (p. 6) de folclore. Classificada como a “Acta Final” do evento, para o pesquisador, que realizou alguns trabalhos sobre o folclore no Brasil², a carta reunia “os princípios fundamentais, as normas de trabalho e diretrizes que [deveriam] orientar as actividades do folclore brasileiro” (BITTENCOURT, 1952, p. 6).

No Brasil, a partir da década de 1920, a investigação sobre o folclore foi

¹ Gastão de Bettencourt foi um dos intelectuais portugueses que estabeleceu contato com diversos escritores brasileiros, a exemplo do modernista Mário de Andrade (FRANCO, 2019).

² Entre suas obras, no campo do folclore brasileiro, estão as publicações: *A Baía e o seu folclore: relicário de tradições portuguesas* (1951); *Flagrantes do folclore do Brasil* (1954) e *O folclore no Brasil* (1957).

realizada por alguns especialistas que se organizaram em torno de associações de pesquisadores visando estabelecer procedimentos técnicos para o mapeamento, documentação e preservação do folclore nacional: Amadeu Amaral com a criação de uma Sociedade Demológica em São Paulo; Mário de Andrade com a Sociedade de Etnografia e Folclore, em São Paulo; e Luís da Câmara Cascudo com a Sociedade Brasileira de Folclore, no Rio Grande do Norte³, são alguns exemplos.

Essas iniciativas, apesar de terem fabricado uma determinada leitura sobre o folclore brasileiro, através da produção de bibliografias, manuais de coleta e documentação, congressos e a criação de arquivos, bibliotecas e coleções museológicas, não conseguiram, de fato, estabelecer uma articulação que conferisse protocolos em torno da temática do folclore inserida no governo federal. É somente com a criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), em 1947, no IBECC, órgão criado sob a recomendação da UNESCO, que é realizada no âmbito das políticas públicas federais uma articulação mais ordenada de pesquisa e levantamento de fontes sobre as manifestações populares.

Em 2021 houve a comemoração dos 70 anos de criação da Carta do Folclore Brasileiro e, em virtude da importância que o registro ocupou junto à promoção do folclore nacional dentro e fora do país, este artigo analisará a Carta do Folclore privilegiando o exame dos fazeres documentais em torno dos fatos folclóricos no Brasil a partir da etnografia de documentos e suas interconexões com a CI. Na tentativa de apresentar uma “resposta etnográfica” (RILES, 2006, p. 7) ao registro oficialmente publicado, mobilizamos estudos que têm se debruçado sobre a etnografia de documentos (RILES, 2006; HULL, 2012; FERREIRA; LOWENKRON, 2020; VIANNA, 2014). O intuito é compreender em que medida a produção da Carta do Folclore, vista como um artefato, é produto das interações de intelectuais, na segunda metade do século XX, em meio ao processo de institucionalização do folclore no Brasil.

³ Esses são alguns nomes e iniciativas institucionais que apresentaram resultados animadores no delineamento de pesquisas e publicações, além da criação de um conjunto de acervos sobre as culturas populares custodiado nos mais diversos espaços.

Desse modo, com base no entendimento de informação-como-coisa (BUCKLAND, 1991), identificaremos, a partir da materialidade do documento, indícios de quais eram os sujeitos centrais na produção desse artefato. Em que contexto o registro teria sido produzido? De que modo a Carta do Folclore serviu de instrumento classificatório para a documentação do folclore no Brasil, a partir da década de 1950? Ainda que não seja o nosso interesse aprofundar na discussão de projetos ou resultados alcançados pela CNFL, tendo em vista a ampla bibliografia já produzida sobre algumas de suas atividades, optamos por “espiar através dos anonimatos de uma sociedade burocrática” (NADER, 2020, p. 333), visando abarcar o documento do folclore para além de uma fonte sobre os estudos de folclore. Conforme o próprio exercício etnográfico, ao dialogar com o artefato documental na sua materialidade, a proposta não é discorrer na “fantasia de personagens isolados e individualizados, mas [rastrear] conexões, interações” (VIANNA, 2014, p. 48) que condicionaram a sua produção.

O estudo é uma tentativa de trazer para a CI novos olhares sobre a materialidade do documento. Nos últimos anos, na produção bibliográfica da área têm apresentado novas lentes analíticas como possibilidades de investigação, principalmente após a incorporação de métodos qualitativos das Ciências Sociais. Considerado forma alternativa de investigar o fenômeno informacional, isto é, “quando se concretiza uma abordagem pragmática, social e hermenêutica da informação” (ARAÚJO, 2014, p. 157), esse olhar ampliado para o campo disciplinar possibilitou um alargamento sobre o entendimento de informação, investindo várias significações sobre esse fenômeno.

Um dos estudiosos que contribuíram para essas propostas na CI, além de autores como Rafael Capurro (2003), Rafael Capurro e Birger HjØrland (2007), Bernd Frohmann (1995), Miguel Ángel Rendón Rojas (2005), Birger HjØrland (2002), é o pesquisador Michael Buckland (1991) com a percepção de “informação-como-coisa”. Interessado por uma abordagem mais pragmática, o pesquisador não só trouxe para o campo a retomada do documento como categoria de análise, como definiu o termo informação através dos seus usos como objetos informativos. Para Buckland (1991), a informação compreende uma variedade de suportes como dados, textos, documentos, objetos e eventos.

Entendimento que consideramos pertinente para o desenvolvimento do estudo aqui proposto.

Reconhecendo diversos suportes como objetos informacionais, o estudo sobre o documento/informação deixou de se vincular somente à recuperação do conteúdo, mas na forma como os sujeitos, em seu contexto, se relacionam e se apropriam desses suportes informativos. Desse modo, tendo em vista à dimensão conferida a Carta do Folclore Brasileiro como documento e a importância dos pesquisadores do folclore para as Ciências Sociais no Brasil, a pesquisa possibilita trazer para o campo da CI sujeitos até então pouco estudados nas produções científicas da área.

Compreendidos como profissionais da informação que atuaram em várias instituições com o objetivo de institucionalizar um campo de estudos do folclore no país, nomes como os de Renato Almeida, Edison Carneiro, Manuel Diegues Júnior, Cecília Meireles, Luís da Câmara Cascudo, entre outros, ao contribuírem para a fabricação do folclore, não só se apropriaram de informações sobre os registros populares existentes nos diversos acervos e publicações da época, como estimularam a produção de múltiplas práticas informacionais sobre as manifestações populares brasileiras⁴.

Nesse sentido, seguindo a perspectiva orientada pela antropóloga Laura Nader (2020), a pesquisa se insere sobre as vantagens de os pesquisadores estudarem “os de cima”, os grupos que ocuparam e/ou ocupam os espaços privilegiados nas relações de poder. Essa direção contribuiu para iluminar o “lugar de possibilidades” (VILHENA, 1997) ocupado por esses estudiosos, que se autointitularam porta-vozes das tradições populares, a partir da segunda metade do século XX.

Para tanto, ressaltamos a importância de discorrer sobre o contexto social do documento do folclore como um artefato do conhecimento. O registro é parte de um encadeamento de ações, objetivamente documentado que, conforme é possível perceber, estimulou diversas iniciativas de produção de conhecimento

⁴ Exemplos dessas práticas são a disciplina “Bibliografia Folclórica” ministrada na década de 1950 no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e a Bibliografia do Folclore produzida pela Biblioteca Nacional na década de 1970.

sobre os fazeres populares. Nesse contexto, a intenção de se tornar um registro regulador de práticas, desenvolvido por um grupo de intelectuais no âmbito das políticas públicas federais, o torna um estudo de caso importante para pensar as ressonâncias e agenciamentos em torno de sua materialidade.

2 METODOLOGIA

Como perspectiva metodológica, o estudo concentra-se na pesquisa descritiva e qualitativa, tendo como orientação a etnografia de documentos. A partir de pesquisa bibliográfica e análise documental foi possível não só visualizar rastros de pensamentos fragmentados (VIANNA, 2014) junto à produção da Carta, como a identificação das posições defendidas e registradas pelos integrantes da CNFL. Antes de adentrarmos à análise do documento, alinhavamos, a partir dos periódicos digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, possíveis ideias defendidas por esses estudiosos no campo do folclore, compondo novos rastros de pensamentos.

Vale ressaltar, também, que a pesquisa etnográfica realizada pelo antropólogo Luís Rodolfo Vilhena (1997), no antigo Instituto Nacional de Folclore, serviu de fonte para compor o enredo etnográfico. Por se tratar de um material que investiga o processo de institucionalização do folclore, no período analisado, recupera algumas informações que consideramos importantes para o estudo aqui pretendido.

3 RESULTADOS

Analizamos esta etapa da pesquisa em três momentos: primeiramente o artigo estabelece aproximações entre a CI e a Etnografia de Documentos para, em seguida, apresentar a trajetória dos eventos de folclore, especificamente o I Congresso Brasileiro de Folclore, tendo como horizonte as contribuições de Buckland (1991) em torno do conceito de informação-como-coisa. Por fim, articula as contribuições dos dois campos discursivos, delineando uma

etnografia de documentos (RILES, 2006; HULL, 2012; FERREIRA; LOWENKRON, 2020; VIANNA, 2014) por meio da análise da Carta do Folclore Brasileiro.

3.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ETNOGRAFIA DE DOCUMENTOS

As relações da Ciência da Informação com outras áreas do conhecimento como Comunicação, Ciências Sociais, Ciência da Computação, Matemática, Engenharia, Biblioteconomia, Arquivologia, Linguística, são vistas como umas das características fundamentais da área (JARDIM; FONSECA, 1992). Marcada pela interdisciplinaridade⁵, para Lena Vânia Ribeiro Pinheiro (2005) essa especificidade no campo tem contribuído para formação de duas linhas gerais de pesquisas: na Bibliografia/Documentação, com foco nos registros do conhecimento científico; e na Recuperação da Informação, onde os estudos são concentrados nas aplicações tecnológicas em sistemas de informação, proporcionados pelas redes de computadores. Desse modo, na perspectiva apresentada pela autora, optamos por seguir a linha histórica da Bibliografia e Documentação, que parece melhor dialogar com os referenciais teórico-metodológicos da etnografia de documentos.

O ponto de aproximação entre as duas áreas será desenvolvido a partir do entendimento de informação-como-coisa, conforme empreendido por Buckland (1991). Isso porque, quando o documento é considerado um objeto etnográfico pela Antropologia, a informação nele materializada dialoga com a ideia proposta por Buckland ao ajuizar os documentos como suportes informativos. Ainda que alguns estudos tomem os documentos sem contestar a sua intencionalidade e/ou subjetividade por ele produzida, podemos inferir que a redação da Carta do Folclore, sob o olhar da etnografia de documentos e da CI, é resultado de uma atividade documental que, através de sua materialidade, “fala

⁵ Para o autor Tefko Saracevic (1995), a interdisciplinaridade aplicada a Ciência da Informação é compreendida pelos problemas que apresentam e pelos métodos que escolhem para resolvê-los. Que a área disciplinar está voltada tanto para a pesquisa científica, como também, profissional, ou seja, envolta aos problemas que a sociedade apresenta. E isso contribui ou amplia as possibilidades de investigação sobre essa interdisciplinaridade do campo, principalmente quando entendemos que toda Ciência está condicionada a uma base social.

simultaneamente de si, de seu autor, de seu contexto, das condições que o produziram, das que fizeram que ele se tornasse um documento” (RUBINO, 1991, p. 16).

Vale lembrar que na história da Documentação, a noção de documento atravessa duas perspectivas, ambas dirigidas às contribuições do belga Paul Otlet e da francesa Suzanne Briet. Seus estudos ampliaram a compreensão de documento, pensando a informação em diferentes suportes materiais. Conjuntamente, ambos auxiliaram na formulação de novas reflexões e de práticas da bibliografia e documentação, tornando-se referências para os estudos que remetem aos aspectos históricos e epistemológicos na área da CI.

A partir da década de 1990, novas reflexões sobre as obras de Paul Otlet e Suzanne Briet foram atualizadas por alguns autores no movimento chamado Neodocumentalista, como Michael Buckland, W. Boyd Rayward e Bernad Frohmann (RODRIGUES, 2018). Esse grupo de pesquisadores reflete a materialidade do documento e tensiona as informações registradas nos diversos suportes materiais.

A etnografia de documentos, desenvolvida no campo antropológico, suscita o olhar para a materialidade do artefato junto à sua produção, especificamente, a partir da pesquisa de campo no cotidiano do espaço burocrático, institucional. Para Mariza Peirano (2014) a etnografia “é a ideia-mãe da Antropologia”. Segundo a autora, é através da empiria como “eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos” (p. 380), que é possível uma Antropologia e todo o seu material de análise, produzidos para efeito de pesquisa, de questionamentos e reflexões.

Ao reconhecer que a Antropologia é construída em grande medida a partir de registros que podem ser reconhecidos como documentos etnográficos, alguns estudiosos refletem sobre a importância de investigar as relações em torno da produção, da circulação, da disponibilização e do arquivamento dessas materialidades sob perspectiva etnográfica. São exemplos desses estudos os que, a partir da etnografia de documentos, apresentaram perspectivas que vão além das concepções clássicas de campo e de experiência etnográfica. Se antes os documentos integravam uma parte complementar na produção dos “fatos

etnográficos” (EVANS-PRITCHARD, 1962), nos últimos anos os documentos são analisados como objetos/artefatos, tornando-se campo de análise.

Para Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020), as pesquisas antropológicas com documentos, realizadas em distintos contextos sociais e institucionais, “têm contribuído para problematizar algumas das concepções clássicas em torno não só do que seja o fazer etnográfico, mas também das bases sobre as quais se fundamenta a produção da sua autoridade” (p. 17). Partindo de duas experiências de pesquisa concluíram que os estudos contribuíram para perceber que o documento, “em seu espaço social de fabricação, circulação e arquivamento oferece um olhar privilegiado sobre o ato de documentar, isto é, sobre como ele é realizado, o que significa e que efeitos produz em diferentes contextos” (p. 18).

Assim, se a etnografia é uma fonte privilegiada de renovação para o trabalho dos antropólogos, o mesmo podemos dizer com os estudos realizados pelos cientistas da informação a partir do fenômeno informação, que apresenta uma dinamicidade de pesquisa para os profissionais do campo. É com base nas informações documentadas em “coisas”, do seu trabalho de produção e de organização documental, que a etnografia de documentos contribui por considerar o olhar para a materialidade dos documentos, de estar atento ao que é comunicado como mensagem. Esse modo de olhar permite, portanto, “crer e descrever da ficção que [as] personagens documentados nos apresentam” (VIANNA, 2014, p. 48). Tomando-os,

[...] “nossos” e, ao mesmo tempo, sermos por eles conduzidos, seduzidos e, quem sabe, enganados. Na etnografia documental contamos, refletimos e delineamos, portanto, algo desse encontro arisco, tenso e cheio de afetos que empreendemos como essas vidas feitas papel, arquivo e administração. Nossas precauções, como em qualquer etnografia, envolvem levar a sério o que nos é mostrado, o modo como essa exibição se ordena, a multiplicidade de vozes e mão presentes na sua confecção, sua dimensão material, seu lugar em cadeias de outros documentos e ações, suas lacunas e silêncios. (VIANNA, 2014, p. 48).

Entretanto, considerando os modos operantes do trabalho etnográfico sobre os documentos e refletindo sobre as características que o objeto de estudo é comumente apresentado, é provável que a categoria documento se apresente

naturalizada. Tendo em vista que os artefatos produzidos pelo cotidiano administrativo e/ou burocrático aparecem como exemplos privilegiados nos estudos da área, é compreensível que a noção de documento, ainda que não discutida, se aproxime de uma perspectiva histórica positivista/ funcionalista.

De acordo com Rodrigo Rabello (2009) é necessário perceber “nas informações explícitas (ou seja, naquelas informações objetivadas no ato de sua criação)” (p. 185), a centralidade de dados registrados no documento. Exemplo disso, é a importância dada ao primeiro evento nacional mobilizado pelos membros da CNFL, como espaço de produção da Carta do Folclore. Ou seja, a análise do documento, a partir da seleção de informações, centraliza a importância do I Congresso Brasileiro de Folclore como espaço de produção de registros, sendo a Carta do Folclore uma das evidências da atividade documental produzida pelos estudiosos do folclore.

Desse modo, a noção de evento como fenômeno informativo (BUCKLAND, 1991) torna-se relevante, na medida em que contribui para ajuizarmos “objeto e evento” como uma possibilidade de investigação que apresentará uma “abordagem completa para Ciência da Informação”. O lugar simbólico do evento, instrumentalizado no suporte informacional, cumpre o papel informativo através de sua publicação. Desse modo, a partir da capacidade informativa acionada pelo documento, no subitem a seguir, apresentaremos alguns antecedentes e bastidores de produção da Carta do Folclore.

3.2 REVISITANDO OS BASTIDORES DA CARTA DO FOLCLORE: O I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE COMO OBJETO INFORMATIVO

A apresentação de aspectos da trajetória da Comissão Nacional de Folclore (CNFL) é relevante para compreendermos como se iniciou a organização do “movimento folclórico” (VILHENA, 1997) e alguns dos principais sujeitos envolvidos nesse processo.

Pelo Decreto-Lei nº 9.355 de 13 de junho de 1946 foi criado, junto ao Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). Sediado na cidade do Rio de Janeiro, o órgão foi formado por várias comissões onde seriam desenvolvidos trabalhos no âmbito da educação

e cultura e, nesse contexto, surgiu a Comissão Nacional de Folclore (CNFL) que, segundo Vilhena (1997), “foi a primeira a constituir-se e, tudo leva a crer, a mais ativa” (p. 95).

Reconhecida como um órgão responsável pela coordenação geral das atividades relacionadas ao folclore brasileiro, a CNFL⁶ resultou de uma articulação do escritor Renato Almeida, na época funcionário do Itamaraty e eleito membro da sua diretoria. Como secretário-geral, Renato Almeida imprimiu em seu gerenciamento aquilo que foi de suma importância para a vitalidade do órgão. As suas ações foram amparadas sob as diretivas da Unesco, através do IBICC, e mediante às criações de subcomissões estaduais iniciaram um “labor sistemático, pela congregação dos folcloristas brasileiros, incentivando seus trabalhos, inclusive de campo, e organizando Semanas, Seminários, Congressos, Exposições e Festivais, além de publicações” (ALMEIDA, 1971, p. 19).

A realização da I Semana de Folclore, no dia 22 de agosto de 1948, na cidade do Rio de Janeiro – no dia e mês em que posteriormente foi instituído o Dia Nacional do Folclore, mediante o Decreto-Lei n.º 56.747 de 17 de agosto de 1965 - foi um momento importante para dar início aos trabalhos da CNFL. Com a participação de autores como Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Joaquim Ribeiro, Cecília Meireles, Alceu Maynard Araújo e Mariza Lira (ALMEIDA, 1964), foram avaliados alguns problemas considerados importantes para pesquisa do folclore. Um deles, talvez o mais central, era a conceituação do folclore.

Esse primeiro encontro, segundo Renato Almeida (1964), “sem significar qualquer tomada de posição da Comissão, face a tais problemas, [serviu] como marco de diretivas, despertando, inclusive, o interesse em torno deles, como elementos normativos do estudo de folclore” (p. 12). Isso contribuiu para impulsionar aquele que seria o grande evento nacional de folclore, que reuniria integrantes de várias comissões regionais para se discutir amplamente esse

⁶ Estruturada nos setores: Órgãos de Documentação (Arquivo do Folclore, Biblioteca do Folclore, Museu do Folclore, Mapoteca do Folclore, Pinacoteca do Folclore, Filmoteca do Folclore e Discoteca do Folclore); Órgãos de Aplicação (Música, Artes Plásticas, Literatura, Educação); e, por último, o Órgãos de Relação (Intercâmbio Internacional, Intercâmbio Interestadual, Propaganda da CNFL e Congressos Gerais ou Especializados de caráter internacional, interestadual ou regional) (SOUZA, 2019).

campo de estudos no Brasil.

Em agosto de 1951, no Rio de Janeiro, Renato Almeida propôs à diretoria do IBECC, a convocação do I Congresso Brasileiro de Folclore. Com o apoio e auxílio de diversas instituições, o evento aconteceu entre os dias 22 e 31 e foi palco de exposições, palestras, filmes e outros projetos culturais.

A ideia do I Congresso teria sido uma sugestão do sergipano José Brandão Calazans, da Comissão Baiana de Folclore, para comemorar o centenário do nascimento de quatro pesquisadores do folclore: Sylvio Romero, Pereira Costa, Manuel Quirino e Vale Cabral⁷.

Segundo o próprio regimento, organizado pelos integrantes da CNFL, eram considerados membros do evento: as pessoas do IBECC, da Comissão Nacional, os representantes nomeados por instituições culturais convidadas e pesquisadores que se inscreveram enviando teses, comunicações ou relatórios aceitos pela organização para serem apresentadas no evento.

Segundo o periódico *Folha de Minas*, de 23 de agosto de 1951⁸, para o preparativo do evento foi formada uma mesa diretora que, conforme apresentamos na Tabela 1, contou com a participação de alguns pesquisadores no quadro de organização.

Tabela 1 – Integrantes da mesa diretora do I Congresso Brasileiro de Folclore (1951)

Presidente	Renato Almeida
Relator Geral	Luís da Câmara Cascudo
Secretária Geral	Cecília Meireles
1º Secretário	Elpídio Braz
2º Secretário	Eurípedes Queiroz do Vale
3º Secretário	Nunes Pereira
4º Secretário	Arnaldo Tavares

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda sobre a organização do evento foi acordado pelos congressistas da CNFL, em seu regulamento, que não haveria “limite no número de membros,

⁷ Fonte: **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 19 jul. 1950, não paginado.

⁸ Iniciados os Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Folclore. **Folha de Minas.**, Minas Gerais, 23 ago. 1951, não paginado. Disponível em: <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Recortes%20de%20Jornais/9308>. Acesso em: 19 ago. 2021.

devendo ser designados os congressistas que até a véspera da sessão preparatória, se tenham inscrito naquela de sua preferência, e mais o que o presidente julgar conveniente designar”⁹. Após reunião com os secretários da mesa diretiva foram criadas 12 comissões específicas¹⁰ que, sob a indicação de Renato Almeida, seriam compostas por diferentes presidentes.

A comissão de redação final foi composta por Joaquim Ribeiro, Edison Carneiro, Manoel Diegues Júnior, Anísio Jobim e Gerson de Matos, responsáveis pela produção da Carta do Folclore Brasileiro. O regulamento do congresso, no seu artigo 6º, parágrafo único, já previa que para a redação final seriam “designados cinco congressistas, de livre escolha do presidente”, destinada a “incumbir-se de redigir o vencido destinado à publicação definitiva das deliberações e conclusões do congresso”¹¹.

O documento, segundo Renato Almeida (1964), para além de regulamentar e sistematizar as práticas dos profissionais junto à Instituição, teria acordado os “problemas de conceituação do Fato Folclórico; da posição do Folclore no plano científico; da sua metodologia; técnica de pesquisas; amparo e proteção às artes e artesanatos populares; urgência no aproveitamento do folclore na educação (ALMEIDA, 1964, p. 18).

Em princípio, a Carta como um documento oficial e normativo sobre o folclore do Brasil, procurou, com efeito, fundamentar os critérios de pesquisa e atuação profissional dos folcloristas junto ao campo das práticas populares. Instituiu uma “racionalidade burocrática” caracterizada pelo pensamento

⁹ Regulamento do 1º Congresso Brasileiro de Folclore. **Correio Paulistano**, São Paulo, 17 fev. 1951, não paginado. Disponível em: <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Recortes%20de%20Jornais/9274>. Acesso em: 19 ago. 2021.

¹⁰ Comissão de Organização (Renato Almeida), Comissão de Nomenclatura e Classificação (Carvalho Neto) Comissão de Pesquisa e Registro (Roger Bastide), Comissão de Divulgação e Intercâmbio (André Vidal), Comissão de Literatura Popular (João Dornas Filho), Comissão de Crendices e Superstições (José M. de Melo), Comissão de Artes Populares (José Lourenço Fernandes), Comissão de Adágio e Advinhas (Henrique Lisboa), Comissão de Demonstrações Folclóricas (José Loureiro), Comissão de Folclore e Educação (Celso Kely), Comissão de Folclore e Literatura (Lucy Teixeira), Comissão de Redação Final (Joaquim Ribeiro, Edison Carneiro, Manoel Diegues Júnior, Anísio Jobim e Gerson de Matos).

¹¹ Regulamento do 1º Congresso Brasileiro de Folclore. **Correio Paulistano**, São Paulo, 17 fev. 1951, não paginado. Disponível em <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Recortes%20de%20Jornais/9275>. Acesso em: 19 ago. 2021.

institucional, isto é, pelo estabelecimento de uma rotina” (DOUGLAS, 1998, p. 111), de um trabalho a ser desenvolvido, para construção de dados com base a coleta de fatos culturais observados.

Luís Rodolfo Vilhena (1997), em sua etnografia com documentos, obteve informações sobre a trama administrativa que movimentou os bastidores organizacionais da CNFL. Em sua pesquisa evidenciou a presença de duas propostas da Carta, ainda que similares, mas que foram resultados desses momentos de discussão no I Congresso Nacional de Folclore:

O texto final da Carta sintetizava duas perspectivas. A primeira delas foi apresentada por Manuel Diégues Júnior em reunião plenária da comissão de coordenação do congresso, presidida por Renato Almeida, constando de quatro itens. Os dois primeiros ampliavam o domínio dos estudos de folclore e rompiam com as definições mais restritivas, enquanto os dois últimos os aproximavam da antropologia cultural. Nas primeiras, Diégues afirmava que o fato folclórico não precisaria necessariamente ser “tradicional” — contanto que fossem “respeitadas as características de fato coletivo, anônimo e essencialmente popular” — e condenava o “injustificável preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual”, de forma a nele também incluir a chamada cultura material. Nas outras duas, definindo o fato folclórico como essencialmente cultural, ele propunha que seu estudo fosse incluído no interior das ciências antropológicas e culturais, estudo esse que deveria ser realizado “de preferência [com] o uso de métodos históricos e culturais” (VILHENA, 1997, p. 139).

Após essa primeira apresentação conduzida por Manuel Diégues Junior, um dos membros atuantes da CNFL, o secretário catarinense da subcomissão de folclore, Oswaldo Cabral, defendeu a perspectiva apresentada em outra comissão do congresso:

Foi então lida essa outra proposta, proveniente da Comissão Paulista de Folclore, tendo como relatores, Rossini Tavares de Lima (seu secretário-geral) e Oracy Nogueira, professor da ELSP. Seu objetivo também era explicitamente encontrar uma definição “tão ampla quanto possível” dos objetos dos Estudos de Folclore. (VILHENA, 1997, p. 139-140).

Após inúmeras discussões deliberaram naquele evento as seguintes questões sobre a Carta do Folclore Brasileiro:

1. O 1º Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em sua

- plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.
2. Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir, agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.
 3. São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o funcionamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônima ou não, e essencialmente popular.
 4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore (Carta do Folclore Brasileiro, 1951, p. 1).

O lugar destinado ao povo, na inscrição da Carta, além de ter servido como um conceito operacional e político, produtor de hierarquizações culturais inspirado no movimento filosófico e literário na Europa, condicionou os pesquisadores brasileiros a promoverem a defesa das representações culturais das camadas sociais mais afastadas dos grandes centros urbanos. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), “o popular seria qualquer matéria ou forma de expressão de autoria ignorada ou anônima e que o povo repetiria” (p. 80). Isto é, o popular dizia sobre “a alma do grupo, a alma da raça; no seu “enciclopedismo inculto, formado de pensamentos elementares, de emoção e de inteligência, é que consiste na alma popular” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 81). Nesse sentido, os estudiosos do folclore assumiam para si a tarefa de identificação do “outro”, do registro que traduziria o aspecto tido como coletivo, “espontâneo” e “genuíno”, mantido pela tradição oral, atestado pela materialidade e pela sua documentação.

Como podemos perceber, os momentos de encontros nas semanas de folclore, ainda que restritos à pesquisadores localizados nos grandes centros, parecem ter demarcado o início de um amplo debate entre os folcloristas ligados à CNFL resultando na formulação de decisões que orientariam as ações do campo. Somente após a convocação do I Congresso Brasileiro de Folclore, com a participação de integrantes de vários estados brasileiros, promoveram debates sobre as características do folclore e redigiram o documento citado.

Tendo em vista as interações sociais em meio à produção das ideias, em momentos distintos sobre as definições registradas na Carta, concordamos que a concretização do documento direciona para o que Annelise Riles (2006) reconheceu como a “carreira do documento”. A Carta do Folclore é uma peça documental pensada e presente através de encontros, nas várias comissões e debates que foram realizados desde as Semanas de Folclore, culminando com a realização do primeiro Congresso Nacional e uma negociação em torno do “fato folclórico”.

Após sua versão inicial, o documento foi “negociado seção por seção” (RILES, 2006, p. 83) até chegar às mãos de integrantes autorizados a redigir a versão final, conforme apresentado anteriormente.

3.3 COLETA, REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO: A CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO E OS FAZERES DOCUMENTAIS SOBRE OS FATOS FOLCLÓRICOS

Segundo a Lei n.º 6.538, de 22 junho de 1978, que regulamenta os serviços postais, no artigo 47, do Título IV, carta é definida como “objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário”. Conforme destacamos, a Carta do Folclore Brasileiro é um documento elaborado por um grupo de intelectuais, com objetivos diretivos. Em seu primeiro parágrafo explicita que os estudiosos tiveram a intenção de “tornar público, neste documento, os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes que deveriam orientar as atividades do Folclore Brasileiro” (Carta do Folclore Brasileiro, 1951, p. 1).

Do ponto de vista dos produtores do documento é provável que o nome carta seja assim designado por ser uma comunicação aberta, um convite aos que se interessassem em contribuir com a temática do folclore. Um comunicado diretivo, de caráter público para aqueles que pudessem contribuir com a pesquisa, coleta de dados e cooperar com a Comissão Nacional.

O documento de 11 páginas, apresentado em pequenos parágrafos e dividido por 23 pontos de orientação, é resultado de um processo de “consequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com

múltiplos e desiguais atores e autores” (VIANNA, 2014, p. 47). Como foi registrada, com uma narrativa de cunho expositivo-informativo, com linguagem direta e objetiva, teve por finalidade apresentar elementos em torno da sistemática dos trabalhos e programas a serem desenvolvidos pela Comissão Nacional.

Assinado por Renato Almeida, presidente da Comissão, e pela sua secretária geral, Cecília Meireles, em 1951, além de conferir singularidade ao documento, dando-lhe um “toque de autorreconhecimento aprovador e de intimidade” (DAMATTA, 2002, p. 49), aponta entre outras coisas para a necessidade de intensificar o trabalho de campo para melhor aproveitamento do folclore.

O trabalho de campo, defendido naquele momento a partir de “métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore” (Carta do Folclore Brasileiro, 1951, p. 1), seria realizado através de um Plano Nacional de Pesquisas Folclóricas, com a contribuição das subcomissões regionais, onde cada unidade “deveria recolher o documentário folclórico”. Com os dados informacionais coletados, ficaria a cargo da CNFL regulamentar o projeto de pesquisa, reconhecido “como elementos indispensáveis”, para a finalidade científica ou para “finalidade prática e útil” de cada região representativa.

Edison Carneiro, um dos responsáveis pela transcrição do documento final, em 1951, após discussões e materiais possivelmente produzidos em torno das realizações dos eventos de folclore, tentou “disciplinar as lições da Carta do Folclore Brasileiro e da realidade bibliográfica do folclore nacional” com a produção de uma Classificação Decimal do Folclore Brasileiro. Embora não seja o nosso interesse analisar as divisões que compõem esse modelo classificatório para os estudos de folclore, “em linhas gerais, os gêneros folclóricos seriam divididos” (CARNEIRO, 2008a, p. 88) da seguinte forma: 0 - A Ciência do Folclore; 1 - Literatura Oral; 2 - Folclore Infantil; 3 - Crenças e superstições; 4 – Lúdica; 5 - Artes e Técnicas; 6 – Música; 7 - Usos e Costumes; 8 - Linguagem Popular; 9 - Pesquisa e Registro (CARNEIRO, 2008a).

Com a classificação proposta por Carneiro inferimos que, se antes o

folclore era investigado de formas variadas por pesquisadores que atuavam em diversas áreas no país, após a criação da Carta propõem-se uma uniformidade, o que pretendia, de algum modo, uma padronização de conceitos e dos objetos de pesquisas no e para o campo. Difunde-se, assim, não só uma classificação e uma definição do que seria o folclore brasileiro ou o “fato folclórico”, mas, também, a organização de acervos, com informações sobre o fenômeno cultural conforme o plano nacional de pesquisa.

Para auxiliar no trabalho de coleta e organização dessas informações era enviado pela Comissão uma orientação sobre o preenchimento de fichas para a sistematização de informações sobre o folclore regional. Essa prática era nomeada de “inqueritos”, “cabendo a cada região acrescentarem aspectos específicos de cada unidade federativa” que considerassem importantes para compor o conjunto de informações. Nesses registros, embora denominassem fichas, “a informação [poderia] ser registrada em qualquer papel – ficha, caderno, folha isolada etc.” (CARNEIRO, 2008b, p. 135).

A documentação enviada à CNFL assentava-se nos seguintes itens de coleta: “nome, idade, naturalidade, cor, profissão e posição social e econômica do informante, local e data da informação e a indicação de se essa informação se refere ao fato atual ou antigo, que resulta ou não do conhecimento direto do informante” (CARNEIRO, 2008b, p. 135). Esses coletores, na condição de anônimos, assim como os seus informantes, integravam à rede de pesquisadores, mas somente os especialistas, os dirigentes da CNFL, poderiam validar os estudos mais aprofundados sobre o fenômeno registrado.

A partir dessas informações, orientadas pela Carta do Folclore Brasileiro, que se constituíram acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos significativos do folclore no país. Ainda que Renato Almeida, em uma conferência realizada na cidade de São Paulo, em 1951¹², tenha sinalizado a dificuldade de reconhecer o fato folclórico definido na Carta, dada

¹² Roteiros do Folclore Brasileiro. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1952, não paginado. Disponível em: <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Recortes%20de%20Jornais/27048?pesq=Folclore>. Acesso em: 17 set. 2021.

à abrangência que se imprimiu no conceito¹³; são a partir das diretrizes descritas no documento que pessoas imbuídas do sentimento de pertença à “missão nacional” (VILHENA, 1997), compuseram a rede de pesquisadores e colaboraram com congressos, semanas, cursos, exposições, catálogos, bibliotecas e museus, em prol da preservação e difusão do folclore na cultura do país.

Sendo assim, “seguir o documento”, no seu contexto de produção, nos permitiu transitar por universos relacionais dos folcloristas com os demais agentes e instituições. Apreendemos, conforme apontaram Carla Costa Teixeira e Sérgio Castilho (2020), que os documentos “devem ser encarados como construtores da realidade, tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte quanto por aquilo que sedimentam, ou seja, nos registros escritos há uma obrigação presumida de se tratar de algo que deve permanecer e durar” (p. 99-100). Evidentemente, esse “sentimento de perenidade” do documento do folclore parece ter se estendido em um contínuo processo de reelaboração e/ou rememoração das expressões tidas como folclóricas.

Em 1995, como um dos desdobramentos desses processos, no contexto do VII Congresso Brasileiro de Folclore, realizado na cidade de Salvador/Bahia, foi efetivada uma releitura da Carta do Folclore. O documento reconheceu o folclore e a cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que determinava a Unesco.

Recentemente, em 2021, quando o documento do folclore completou 70 anos de sua primeira publicação, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular¹⁴, ao promover mais uma edição do Curso Livre de Folclore e Cultura Popular, destacou a importância “do legado da Carta do Folclore Brasileiro no campo de estudos e acervos sobre o universo das culturas populares”. Com o

¹³ É possível que essa dificuldade tenha contribuído não só para a construção de várias formas de perceber e registrar o folclore, mas, também, projetos e pesquisas que, na prática, tensionavam essa normativa do que foi considerado folclórico pela CNFL.

¹⁴ A Instituição custodiava um amplo acervo bibliográfico, documental, sonoro do folclore. Herdeiro das práticas profissionais dos folcloristas em campo — em sua maioria, é resultado de coleta etnográfica, produzida nos diferentes contextos, liderada por sujeitos e áreas distintas do saber.

tema “Coletar, colecionar e compartilhar”, a instituição, que é herdeira de toda uma movimentação de pesquisadores e estudiosos das formas populares, sinalizou que “a atual edição do Curso Livre de Folclore objetiva discutir a relevância deste legado no campo de estudos e acervos sobre o universo das culturas populares”¹⁵.

Nesse aspecto inferimos que os documentos produzidos e preservados pelos folcloristas consistem, em sua maioria, em desdobramentos das designações e ideias transcritas na Carta do Folclore Brasileiro. Desse modo, ela não somente serviu de “norteador para as ações do Movimento Folclórico”, tendo como resultado a “constituição da Biblioteca Amadeu Amaral, que já completa 60 anos, e do Museu de Folclore Edison Carneiro”¹⁶, como contribuiu para a materialização de distintos projetos, resultando na coleta, organização e fabricação de novos documentos ao longo dos anos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desafio de esboçar uma escrita, ainda que inicial sobre a etnografia de documentos, tomando como possibilidade de investigação da Carta do Folclore e suas aproximações com alguns dos referenciais da Ciência da Informação, percebemos na sua produção um dos processos iniciais de institucionalização das práticas de coleta, documentação e disseminação, além do delineamento de uma definição de folclore no país.

Se em um primeiro momento, no final do século XIX e início do século XX, o conceito de folclore foi mobilizado de distintas formas, a partir dos processos de institucionalização do folclore que culminaram na produção da Carta do Folclore Brasileiro observamos uma tentativa de padronização por meio do conceito de “fato folclórico” como uma espécie de moldura (DURÃO; LOPES, 2011). Tal mudança impulsionou a criação de várias instituições em defesa de uma cultura do folclore que estimularam coleções, arquivos, bibliotecas, museus,

¹⁵ Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=533. Acesso em: 30 set. 2021.

¹⁶ Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=533. Acesso em: 30 set. 2021.

catálogos, vídeos etc., conformando uma “configuração institucional” (DURÃO; LOPES, 2011, p. 371).

Ainda que, em virtude do contexto pandêmico, não tenha sido possível experienciar uma etnografia no arquivo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, o estudo apresentado evidenciou as cenas e os bastidores de interações entre folcloristas e instituições que antecederam a produção de um documento que propiciou a fabricação do conceito de “fato folclórico” e de um modo singular de pesquisa e documentação do folclore.

O artigo aproximou a CI e a etnografia de documentos, tendo como estudo de caso a Carta do Folclore Brasileiro. O intuito foi pensar o documento na sua capacidade de associar pessoas, autoridades e eventos, seguindo a proposta delineada por Laura Nader (2020), ao estudar os grupos, os espaços e sujeitos definidores de identidades. O trabalho expressou, assim, o esboço de uma perspectiva metapoética, por meio da etnografia de um documento que define atravessamentos ao instituir protocolos de coleta, preservação e disseminação de outros documentos, e aponta possibilidades plurais de mobilização da etnografia de documentos no campo da informação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALMEIDA, Renato. **Vivência e projeção do folclore**. Livraria AGIR Editora, Rio de Janeiro, 1971.
- ALMEIDA, Renato. **O IBICC e os estudos de folclore no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014.
- BETTENCOURT, Gastão de. Um documento notável: a “Carta do Folclore Brasileiro”. **Mensário das Casas do Povo**, Lisboa, 6 mar. 1952, p. 6.
Disponível em:

<http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Recortes%20de%20Jornais/9354?pesq=carta%20dofolclore>. Acesso em: 7 ago. 2021.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

Disponível em:

[https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3](https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3). Acesso em: 21 dez. 2022.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em:

http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 02 set. 2021.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação.

Perspectivas em Ciência da Informação, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CARNEIRO, Edison. **A sabedoria popular**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008a.

CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do folclore**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008b.

DAMATTA, Roberto. A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 99, p. 37-67, 2002. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7423812>. Acesso em: 21 dez. 2022.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

DURÃO, Susana; LOPES, Daniel S. Introduction: Institutions are us? **Social Anthropology**, [S. l.], n. 19, v. 4, p. 363-377, 2011.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Social anthropology and other essays**. New York: The Free Press, 1962.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. **Etnografias de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E- papers, 2020.

FRANCO, Márcia de Arruda. De portugueses nos modernismos do Brasil – histórias por narrar. **Intelléctus**, [S. l.], n. 1, p. 48-75, 2019. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/40745>.
Acesso em: 21 dez. 2022.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE*, 23., 1995. **Proceedings** [...]. Edmonton: Canadian Association for Information Science, 1995. Disponível em: <https://sites.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm>. Acesso em: 21 dez. 2022.

HJØRLAND, Birger. Epistemology and the socio-cognitive perspectives in information science. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.10042?casa_token=nMYjDqjFrFgAAAAA:MJTL85Ti9QHgQzWM7j8u3v2UFPakJ0glGkZMO6eY-03e0svG8toP20_3S7WVkd-dTcOC3tNeTQmSVQni. Acesso em: 21 dez. 2022.

HULL, Matthew. Documents and Bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, [S. l.], v. 41, p. 251-276, 2012. Disponível em: https://sites.lsa.umich.edu/matthewhull/wp-content/uploads/sites/904/2021/05/MHull_2012_Documents-and-Bureaucracy.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odília. O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, v. 2, 1992.

NADER, Laura. Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 49, p. 328-356, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44427>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, [S. l.], n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/781>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun., 2005. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/23>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar a Ciência da Informação. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103372>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 52-61, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/qxPGHNPQv6GgGj3PcGXwSyc/abstract/?lang=es>.
Acesso em: 21 dez. 2022.

RILES, Annelise (ed.). **Documents**: artifacts of modern knowledge. Michigan: University of Michigan Press, 2006.

RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro. **Renovando o diálogo entre a Ciência da Informação e a Documentação**: o papel do grupo *Document Academy*. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34293>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1991. 2010 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SARACEVIC, Tefko. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 24, v. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608>. Acesso em: 21 dez. 2022.

SOUZA, Jean Costa. **“O culto à tradição de nossa gente”**: a fabricação do folclore sergipano em exposições museológicas (1948-1976). 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Culturas Populares) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13452>. Acesso em: 21 dez. 2022.

TEIXEIRA, Carla Costa; CASTILHO, Sérgio. Etnografia em organizações e instituições: sobre o que estamos falando? *In*: TEIXEIRA, Carla; CASTILHO, Sérgio (org.). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - etnografia de uma instituição**: entre pessoas e documentos. Rio de Janeiro: ABA Publicações; AFIPEA, 2020.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. *In*: CASTILHO, Sérgio; LIMA, Antônio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas do poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa; FAPERJ, 2014, p. 43-70.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997.

INFORMATION SCIENCE AND ETHNOGRAPHY OF DOCUMENTS: NOTES ON THOSE THAT MAKE DOCUMENTS OF THE NATIONAL FOLKLORE COMMISSION IN THE LETTER OF BRAZILIAN FOLKLORE (1951)

ABSTRACT

Objective: To analyze the resonances of the Brazilian Folklore Charter prepared by the National Folklore Commission in 1951, favoring the examination of documentary events around folk lore in Brazil. **Methodology:** Through a qualitative and descriptive approach, with discussion located in authors of Information Science and Anthropology, based on the ethnography of documents, we investigated the document of folklore from an ethnographic look in order to perceive the subjects and contexts that helped its production. **Results:** The reflections provoked questions about the Brazilian Folklore Charter as an artifact of knowledge practices and synthesis of the various informational processes undertaken by folklorists. **Conclusions:** By bringing information science and ethnography closer to documents, we observe how national regulations on the research and documentation of folklore have been delineated, contributing to the understanding of the meanings and associations between the fields of information, documentation and folklore.

Descriptors: Information science. Document. Ethnography of documents. Folklore. Letter from Brazilian Folklore.

CIENCIA DE LA INFORMACIÓN Y ETNOGRAFÍA DE DOCUMENTOS: NOTAS SOBRE LA REALIZACIÓN DE DOCUMENTALES DE LA COMISIÓN NACIONAL DEL FOLCLORE EN LA CARTA DEL FOLCLORE BRASILEÑO (1951)

RESUMEM

Objetivo: Analizar las resonancias de la Carta Del Folclore Brasileño elaborada por la Comisión Nacional del Folclore en 1951, favoreciendo el examen de los acontecimientos documentales en torno a la tradición popular en Brasil. **Metodología:** A través de un enfoque cualitativo y descriptivo, con discusión ubicada en autores de Ciencias de la Información y Antropología, a partir de la etnografía de documentos, investigamos el documento del folclore desde una mirada etnográfica con el fin de percibir los temas y contextos que ayudaron a su producción. **Resultados:** Las reflexiones provocaron interrogantes sobre la Carta del Folclore Brasileño como artefacto de las prácticas de conocimiento y síntesis de los diversos procesos informativos emprendidos por los folcloristas. **Conclusiones:** Al acercar la ciencia de la información y la etnografía a los documentos, observamos cómo se han delineado las regulaciones nacionales sobre la investigación y documentación del folclore, contribuyendo a la comprensión de los significados y asociaciones entre los campos de la información, la documentación y el folclore.

Descritores: Ciencias de la información. Documento. Etnografía de documentos.
Folclore. Carta del folclore brasileño.

Recebido em: 13.10.2021

Aceito em: 18.12.2022